

AValiação DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO JOÃO DA BALIZA – RR

EVALUATION OF PUBLIC POLICIES TO SUPPORT FAMILY FARMING IN SÃO JOÃO DA BALIZA – RR

Carina Dos Santos Figueiredo Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO).
carina201416@gmail.com

Hellã Naará de Sousa Lins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO).
hellanaara25@gmail.com

Patricia Severo da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO).
patysevero26@gmail.com

Mirla Janaina Augusta Cidade

Universidade Federal de Roraima/UFRR
mirla.cidade@ufr.br

RESUMO

Este estudo avalia as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar no município de São João da Baliza, estado de Roraima, com foco em programas como Pronaf, PNAE e PAA, além de iniciativas locais relacionadas à regularização fundiária e às chamadas públicas para aquisição de alimentos. Por meio de uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e análise documental de legislações, reportagens institucionais e materiais governamentais, buscou-se compreender os avanços e desafios na implementação dessas políticas no território. Os resultados apontam progressos importantes na inclusão produtiva e no fortalecimento dos mercados institucionais, mas também evidenciam limitações relacionadas ao acesso ao crédito, à insuficiência de assistência técnica e à precariedade da infraestrutura rural. Conclui-se que a efetividade das políticas depende da integração entre ações estruturantes, fortalecimento institucional e continuidade das iniciativas públicas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Políticas Públicas; São João da Baliza; Pronaf; PNAE..

ABSTRACT

This study evaluates public policies aimed at supporting family farming in the municipality of São João da Baliza, in the state of Roraima, Brazil, focusing on programs such as Pronaf, PNAE, and PAA, as well as local initiatives related to land regularization and public calls for the acquisition of food from family farmers. Using a qualitative approach based on bibliographic research and documentary analysis of legislation, institutional reports, and government materials, the study seeks to understand the advances and challenges involved in implementing these policies in the territory. The results indicate significant progress in productive inclusion and the strengthening of institutional markets, but also reveal persistent limitations related to access to credit, insufficient technical assistance, and precarious rural infrastructure. The findings suggest that the effectiveness of these policies depends on the integration of structural actions, institutional strengthening, and continuity of governmental initiatives.

Keywords: Family farming; Public policies; Rural development; Pronaf; PNAE; Roraima.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ocupa posição central no desenvolvimento rural brasileiro, respondendo pela maior parte dos alimentos consumidos no país e constituindo importante fonte de renda e trabalho no meio rural. Para Schneider (2010), trata-se de uma forma social de produção baseada na relação entre família, trabalho e território, cuja relevância extrapola o campo econômico e envolve identidades, práticas culturais e dinâmicas comunitárias. Em São João da Baliza – RR, essa modalidade produtiva representa o principal sustento de centenas de famílias e configura-se como eixo estruturante da economia local.

O município, localizado no sul de Roraima, consolidou-se como polo agrícola desde a abertura da BR-210 (Perimetral Norte), que impulsionou a chegada de colonos e a ocupação territorial. Apesar da vocação agrícola, persistem desafios históricos como precariedade de infraestrutura, isolamento geográfico, irregularidade fundiária e acesso limitado a políticas de crédito e assistência técnica. A produção local, com destaque para mandioca, banana, feijão, milho, hortaliças e criação de pequenos animais, depende fortemente de políticas públicas que garantam condições mínimas de produção, comercialização e organização social.

Nesse contexto, programas federais e municipais voltados à agricultura familiar assumem papel estratégico, ao oferecer crédito, garantir mercados institucionais e promover regularização fundiária. Em São João da Baliza, tais políticas têm sido acompanhadas de ações locais como chamadas públicas, fortalecimento de feiras agroecológicas e apoio às associações e cooperativas. No entanto, limitações relacionadas à burocracia, logística, insuficiência de assistência técnica e dificuldades de acesso ao crédito comprometem sua efetividade.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão: como as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar têm impactado o desenvolvimento socioeconômico de São João da Baliza – RR? A investigação se justifica pela relevância de compreender a implementação e os efeitos dessas políticas em contextos amazônicos, onde fatores territoriais e institucionais influenciam diretamente seus resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura familiar é definida pela Lei nº 11.326/2006 como aquela praticada por produtores que utilizem predominantemente mão de obra própria, tenham gestão familiar do empreendimento e dependam economicamente da atividade rural. Representa cerca de 70% dos alimentos consumidos no país, segundo dados do IBGE (2019). Além de sua função econômica, tem papel social e ambiental, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e contribuindo para a fixação do homem no campo.

Segundo Schneider (2010), a agricultura familiar deve ser compreendida como uma construção social e política, que envolve múltiplas dimensões do desenvolvimento rural, como identidade, território e relações de trabalho. Abramovay (1998) reforça que essa forma de produção é marcada por vínculos familiares, diversidade produtiva e forte inserção comunitária, o que a torna estratégica para políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e à sustentabilidade.

No campo das políticas públicas, Souza (2006) define-as como ações do Estado voltadas à resolução de problemas públicos, construídas a partir de processos decisórios que envolvem múltiplos atores e interesses. Secchi (2014) complementa que a análise de políticas públicas deve considerar seus ciclos (formulação, implementação e avaliação) e os contextos institucionais em que se inserem. Essa abordagem é essencial para compreender os limites e potencialidades das ações voltadas à agricultura familiar em territórios específicos.

Entre as principais políticas públicas voltadas ao setor, destacam-se:

- Pronaf (1995): crédito com juros reduzidos para custeio e investimento.
- PNAE (Lei nº 11.947/2009): determina que pelo menos 30% da merenda escolar seja adquirida da agricultura familiar.
- PAA: realiza compras diretas para abastecimento de instituições públicas e formação de estoques.

No contexto de São João da Baliza, observa-se a realização de chamadas públicas anuais para aquisição de alimentos via PNAE, além de iniciativas de regularização fundiária e apoio a feiras municipais. O Decreto Municipal nº 042/2024 regulamenta o credenciamento de agricultores familiares para fornecimento de gêneros alimentícios ao PNAE, reforçando o papel do município na operacionalização dessas políticas.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo. A opção por essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender de forma integrada os fatores sociais, institucionais e territoriais que influenciam a agricultura familiar em São João da Baliza – RR, articulando evidências teóricas e informações recentes sobre a implementação das políticas públicas. Para assegurar a representatividade e a confiabilidade das fontes utilizadas, foram estabelecidos critérios explícitos de seleção. Consideraram-se relevantes apenas documentos e publicações diretamente relacionados à agricultura familiar e às políticas públicas voltadas ao setor, com prioridade para materiais que tratassem especificamente do município de São João da Baliza ou da região sul de Roraima. Também se buscou garantir a atualidade das informações, privilegiando fontes recentes, produzidas entre 2023 e 2025,

complementadas por obras clássicas de referência teórica, como Abramovay (1998), Schneider (2010) e Souza (2006). A natureza institucional das fontes foi igualmente considerada, dando preferência a legislações, decretos, editais, relatórios oficiais e publicações científicas reconhecidas.

Foram excluídos da análise documentos opinativos sem respaldo institucional ou científico, como blogs e redes sociais, além de fontes desatualizadas ou sem relação direta com políticas públicas e agricultura familiar. A confiabilidade dos dados foi assegurada por meio da triangulação entre literatura acadêmica, documentos oficiais e reportagens institucionais, o que permitiu verificar a consistência das informações. As reportagens jornalísticas foram utilizadas apenas como apoio contextual, sempre cotejadas com documentos oficiais, de modo a evitar fragilidades metodológicas. A suficiência da seleção foi garantida pela cobertura dos principais eixos das políticas públicas analisadas, incluindo crédito, comercialização, regularização fundiária e infraestrutura, assegurando representatividade da realidade local.

Os dados foram organizados com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que possibilitou identificar temas recorrentes e estruturar a discussão em eixos analíticos coerentes com os objetivos da pesquisa. A análise foi dividida em quatro dimensões principais: acesso ao crédito (Pronaf), comercialização e PNAE, regularização fundiária e infraestrutura, e síntese dos desafios e perspectivas. Essa metodologia permitiu construir uma interpretação crítica e contextualizada sobre os limites e potencialidades da agricultura familiar em São João da Baliza, articulando teoria e realidade local. A transparência nos critérios de seleção e validação assegura que os documentos escolhidos sejam representativos, confiáveis e suficientes para caracterizar a realidade do município.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise bibliográfica e documental evidência que os desafios enfrentados pela agricultura familiar em São João da Baliza se inserem em uma dinâmica mais ampla, caracterizada por fragilidades estruturais, limitações institucionais e desigualdades territoriais típicas de regiões amazônicas. A integração entre literatura científica, documentos oficiais, legislações e matérias jornalísticas permite compreender como esses fatores se articulam, condicionando o alcance das políticas públicas. Os resultados estão organizados em quatro eixos analíticos.

4.1 Acesso ao crédito (Pronaf)

O Pronaf, criado em 1995, consolidou-se como a principal política de crédito para agricultores familiares, garantindo condições diferenciadas de financiamento, taxas de juros reduzidas e linhas específicas para pequenos produtores (Grisa & Schneider, 2014). Contudo, sua implementação enfrenta entraves históricos, especialmente em regiões de fronteira agrícola. Schneider (2010) destaca

que a burocracia, a ausência de documentação fundiária e a carência de assistência técnica atuam como barreiras estruturais ao acesso ao crédito.

A situação de São João da Baliza reforça essas evidências. As ações recentes de regularização fundiária, amplamente divulgadas pelo Governo de Roraima, mostram avanços importantes, mas ainda insuficientes. Segundo matéria da FolhaBV (2024), diversas famílias têm recebido títulos em projetos de assentamento, porém muitas permanecem em processo de regularização. De modo semelhante, o Portal do Governo de Roraima (2024) destaca que decretos estaduais vêm permitindo a titulação gratuita em áreas do sul do estado, mas o alcance ainda não é universal.

Essas informações são coerentes com Souza (2006), que argumenta que a efetividade das políticas depende da capacidade institucional local, frequentemente limitada em municípios pequenos. Em São João da Baliza, a pouca disponibilidade de serviços de ATER e a dificuldade dos agricultores em elaborar projetos para o Pronaf reforçam a desigualdade no acesso. Mesmo agricultores titulados encontram obstáculos para acessar crédito, evidenciando que a regularização, embora necessária, não é suficiente.

Assim, a análise demonstra que o Pronaf permanece subutilizado devido a entraves administrativos, baixa densidade institucional e ausência de suporte técnico contínuo, aspectos já apontados na literatura e reafirmados pelas reportagens e documentos locais.

4.2 Regularização fundiária e infraestrutura

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política estratégica para fortalecer mercados locais e ampliar a renda dos agricultores (Maluf, 2015). Em São João da Baliza, editais recentes demonstram a prioridade da prefeitura na compra de produtos da agricultura familiar. Contudo, a participação dos produtores ainda é limitada pela precariedade logística, como transporte e armazenamento, conforme apontam Grisa & Schneider (2014).

Ações da SEADI-RR, como entrega de equipamentos e apoio institucional, representam avanços, mas não superam problemas estruturais, como estradas vicinais precárias e longas distâncias até as escolas. Além disso, a fragilidade das associações e cooperativas, destacada por Abramovay (1998), restringe a inserção de agricultores em chamadas públicas, dificultando o cumprimento da obrigatoriedade de 30% das compras prevista na Lei nº 11.947/2009.

Assim, embora o PNAE tenha grande potencial de fortalecimento produtivo, sua efetividade no município depende de melhorias logísticas e da integração entre agricultura, educação e assistência social.

A regularização fundiária é amplamente reconhecida como condição essencial para o desenvolvimento sustentável (Buarque, 2002). Em São João da Baliza, ações recentes do governo

estadual têm ampliado o acesso ao título de terra, conforme destacado pelo Portal do Governo de Roraima (2024) e pela FolhaBV (2024), que noticiam iniciativas de titulação gratuita em áreas do sul do estado. Tais ações contribuem para a segurança jurídica e possibilitam o acesso a políticas como crédito rural, PAA e PNAE.

Entretanto, a pesquisa revela que a regularização, por si só, não garante a dinamização da produção agrícola. A deficiência de infraestrutura básica, especialmente estradas vicinais, é apontada como um dos principais entraves ao escoamento da produção. Esse problema também é mencionado em reportagens da SEADI-RR (2024), que reconhece que ampliar a logística e melhorar vias de acesso são desafios estruturais para consolidar a agricultura familiar no estado.

Para Abramovay (1998), territórios rurais vulneráveis sofrem com a ausência de políticas integradas, o que impede que o agricultor regularizado transforme a posse legal em capacidade produtiva. A falta de transporte rural, de unidades de beneficiamento e de estruturas de armazenamento reduz significativamente a competitividade dos produtos locais.

Assim, embora a regularização fundiária represente um avanço relevante, a análise confirma que seu impacto produtivo depende de políticas articuladas de infraestrutura, assistência técnica e apoio à comercialização, reforçando a perspectiva de desenvolvimento territorial proposta por Buarque (1999; 2002).

4.3 Síntese Analítica

A integração entre literatura científica e documentos institucionais permite identificar que os desafios enfrentados pela agricultura familiar em São João da Baliza refletem um padrão nacional de fragmentação institucional e insuficiência de políticas intersetoriais, como apontam Grisa & Schneider (2014). No entanto, a análise não se baseou em indicadores quantitativos formais, mas em evidências qualitativas que, ainda assim, oferecem pistas relevantes sobre os impactos socioeconômicos.

Entre essas evidências, destacam-se:

- Regularização fundiária: matérias da Folha BV (2024) e decretos estaduais registram a entrega de centenas de títulos de terra, o que representa avanço concreto em termos de segurança jurídica e acesso potencial a crédito.
- Chamadas públicas do PNAE e PAA: editais municipais comprovam a priorização da compra de alimentos da agricultura familiar, ainda que sem dados numéricos sobre volume ou valores adquiridos.
- Ações de fortalecimento produtivo: registros da SEADI-RR (2024) documentam a entrega de equipamentos e novilhas, evidenciando investimentos diretos em infraestrutura produtiva.

- Reconhecimento das limitações: os próprios documentos oficiais e reportagens institucionais apontam gargalos como estradas vicinais precárias, ausência de transporte adequado e fragilidade das associações locais, confirmando os entraves estruturais identificados.

Essas evidências, embora predominantemente qualitativas, sustentam a conclusão de que a agricultura familiar no município se encontra em processo de transformação: há avanços concretos na regularização fundiária e nas compras públicas, mas persistem barreiras que limitam a efetividade das políticas. A ausência de métricas quantitativas - como número de agricultores beneficiados, valores de crédito liberados ou percentuais efetivos de compras institucionais - constitui uma limitação metodológica, mas não invalida a análise. Pelo contrário, reforça a necessidade de pesquisas futuras que incorporem indicadores objetivos para mensurar com maior precisão os impactos socioeconômicos.

Em síntese, a agricultura familiar em São João da Baliza tem potencial para consolidar-se como eixo estratégico do desenvolvimento sustentável regional. Contudo, para que esse potencial se concretize, é fundamental que políticas de crédito, compras públicas, regularização fundiária e infraestrutura sejam implementadas de forma integrada e contínua, conforme defendem Buarque (2002) e Secchi (2014). As evidências analisadas mostram que o caminho já está em construção, mas ainda requer fortalecimento institucional e investimentos estruturais direcionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender de que forma as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm impactado a realidade de São João da Baliza – RR. A análise evidenciou que programas como o Pronaf, o PNAE e o PAA representam conquistas relevantes, sobretudo no campo da inclusão produtiva e da segurança alimentar. Contudo, também revelou barreiras estruturais persistentes, como a burocracia no acesso ao crédito, a informalidade fundiária, a precariedade logística e a fragilidade das organizações coletivas, que limitam a efetividade dessas políticas.

A contribuição original deste estudo para o debate acadêmico reside na contextualização amazônica da agricultura familiar, ao analisar como políticas nacionais se materializam em um município periférico da Amazônia Legal. Essa abordagem territorializada evidencia que a efetividade das políticas não depende apenas de sua formulação normativa, mas da capacidade institucional e das condições estruturais locais. Além disso, o artigo contribui para a formulação de políticas públicas ao destacar a importância da integração entre crédito, assistência técnica, infraestrutura e fortalecimento das associações, apontando caminhos concretos para ampliar o alcance das iniciativas já existentes.

Reconhece-se, entretanto, que o estudo apresenta limitações metodológicas: a análise foi baseada em pesquisa bibliográfica e documental, sem coleta de dados primários, o que restringe a generalização dos resultados e impede uma avaliação quantitativa da efetividade das políticas. Ainda assim, a triangulação entre literatura científica, documentos oficiais e reportagens institucionais permitiu construir uma interpretação crítica e representativa da realidade local.

As recomendações para estudos futuros estão delineadas de forma clara: é necessário incorporar indicadores objetivos (como número de agricultores beneficiados, valores de crédito liberados e percentuais de compras do PNAE), realizar pesquisas de campo com agricultores e gestores, e desenvolver análises longitudinais que investiguem os efeitos de longo prazo das políticas, especialmente no que diz respeito à sucessão familiar, à permanência dos jovens no campo e à resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas e às pressões do mercado.

Em síntese, reafirma-se a convicção de que a agricultura familiar em São João da Baliza tem potencial para consolidar-se como eixo estratégico do desenvolvimento sustentável regional. Como destaca Schneider (2003), “a agricultura familiar não é apenas uma forma de produção, mas um modo de vida que articula economia, sociedade e cultura”. Fortalecer e integrar as políticas públicas significa, portanto, valorizar o produtor rural e contribuir para o futuro da Amazônia Legal, ao mesmo tempo em que se avança no debate acadêmico sobre os limites e possibilidades da agricultura familiar em contextos amazônicos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e sustentável. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/07212021030353-metodologia.de.planejamento.do.desenvolvimento.local.e.municipal.sustentavel.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

EMBRAPA. Agricultura familiar: base da segurança alimentar e nutricional. Brasília: Embrapa, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 12 nov. 2025.

GRISA, Catarina; SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: avanços, limites e perspectivas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/04/Políticas-Publicas-DR-livro-Grisa-Schneider-1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017: Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2025.

LIMA, Paulo Bandeira de. A agricultura familiar e sua importância na segurança alimentar e nutricional no Território do Agreste. Cadernos de Agroecologia, v. 20, n. 1, Anais do 2º Congresso Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, 2025.

MALUF, Renato. Segurança alimentar e nutricional. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

PORTELA, Valdinei Fortunato. Processo de ruralização do urbano: agricultores familiares na cidade de Boa Vista – Roraima. [S.l.: s.n.], [20–]. 25 p.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BALIZA. Editais de chamada pública PNAE. São João da Baliza, 2024.

FOLHA BV. Regularização fundiária gratuita em São João da Baliza. Boa Vista: Folha BV, 2023.

FOLHA BV. Famílias de projeto em São João da Baliza têm regularização fundiária gratuita. Boa Vista: Folha BV, 2025. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/agro/familias-de-projeto-em-sao-joao-da-baliza-tem-regularizacao-fundiaria-gratuita/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

RORAIMA (Estado). Decreto do Governo permite regularização fundiária de projeto no sul de Roraima de forma gratuita. Portal Roraima. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/governo-de-roraima-lanca-programas-e-entrega-equipamentos-para-fortalecer-agricultura-familiar-e-indigena/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

RORAIMA (Estado). Governo fortalece agricultura familiar com entrega de novilhas girolando na região sul. Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação, Boa Vista, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://seadi.rr.gov.br/governo-fortalece-agricultura-familiar-com-entrega-de-novilhas-girolando-na-regiao-sul/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

RORAIMA (Município). Poder Executivo edita projeto de lei que cria o selo artesanal da agricultura familiar. São João da Baliza. Disponível em: <https://saojoadabaliza.rr.gov.br/poder-executivo-edita-projeto-de-lei-que-cria-o-selo-artesanal-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

RORAIMA (Município). Prefeitura lança edital de chamamento público para o PAA 2025. São João da Baliza. Disponível em: <https://saojoadabaliza.rr.gov.br/prefeitura-lanca-edital-de-chamamento-publica-para-o-paa-2025/> (saojoadabaliza.rr.gov.br in Bing). Acesso em: 30 nov. 2025.

SCHNEIDER, Sérgio. A diversidade da agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 57–85, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar: um modo de vida. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOUZA, Celina. Política pública: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20–45, jul./dez. 2006.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2014.